

O DEFICIENTE INTELECTUAL E A INCLUSÃO ESCOLAR

Ana Paula Muller¹
Edson Martins²

RESUMO

O presente artigo trata da problemática que envolve a inclusão escolar do deficiente intelectual. Haverá a definição do que se entende por inclusão, bem como o que vem a ser um deficiente intelectual e a necessidade da sociedade entender a necessidade da inclusão deste contingente de crianças que muitas vezes ficam à margem da escolarização formal. Será mostrado também os dispositivos legais que protegem os deficientes e garantem sua inclusão nas escolas. Verificar-se-á que embora a legislação brasileira preveja a inclusão escolar para o deficiente intelectual, na prática isto não está acontecendo, por diversos motivos.

Palavras-Chave: Inclusão; Deficiente Intelectual; Direitos Humanos

ABSTRACT

This article deals with the problems involved in school inclusion of the intellectual disabled . There will be the definition of what is meant by inclusion, as well as what constitutes an intellectual deficient and the need for society to understand the need to include this contingent of children who are often on the margins of formal schooling. It will also be shown the legal provisions that protect the disabled and ensure their inclusion in schools. It will be found that although brazilian law requires school inclusion for intellectual deficient in practice this is not happening for various reasons.

Keywords: Inclusion; Intellectual poor; Human Rights

INTRODUÇÃO

Na definição do dicionário Aurélio, a palavra deficiência indica “imperfeição, falta, lacuna e ainda, deformação física ou insuficiência de alguma função física ou mental”. Para a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) deficiências são problemas na função ou estrutura corporal, tais como um desvio ou perda significativos. De acordo com múltiplos autores, a deficiência intelectual caracteriza-se por limitações cognitivas e intelectuais, que geralmente provocam atraso no desempenho de atividades cotidianas, lentidão na

¹ Formada em Psicologia pela UFPR. Concluinte do Curso de Direito das Faculdades OPET. Trabalha na CEJA - Comissão Estadual Judiciária de Adoção - (Corregedoria Geral da Justiça) - Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

² Licenciado em Pedagogia e mestre em Educação pela UFPR, doutor em Ciências da Religião e professor nas Faculdades OPET nos Cursos de Direito e Pedagogia.

aprendizagem, além de poder afetar a capacidade da pessoa para viver com autonomia.

Deficiência pode ser entendida como falta, insuficiência ou imperfeição em aspectos biológicos da pessoa, podendo ser física, mental ou sensorial. Para Campbell (2009, p. 93), em contextos legais, ela é mais utilizada de uma forma restrita e refere-se àquelas que estão sob o amparo de determinada legislação.

A Organização Mundial da Saúde - OMS define deficiência como o nome dado a toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica e, por esse conceito, deficiente é todo aquele que tem um ou mais problemas de funcionamento ou falta de parte anatômica, acarretando com isto dificuldades de locomoção, percepção, pensamento ou relação social.

Segundo o Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 45,6 milhões de brasileiros se declararam portadores de algum tipo de deficiência, seja ela visual, auditiva, física ou intelectual, o que vem a representar quase um quarto da população, mais especificamente 23,9% dos brasileiros.

Um erro comum nas concepções a respeito das pessoas com deficiência intelectual é que elas compõem um grupo homogêneo, com características, condutas e padrões de personalidade similares. Conforme a APAE-SP³, a “deficiência intelectual é resultado, quase sempre, de uma alteração no desempenho cerebral, provocada por fatores genéticos, distúrbios na gestação, problemas no parto ou na vida após o nascimento”. Entre os elementos fisiológicos que podem causar a deficiência intelectual, destacam-se alterações cromossômicas e genéticas, desordens do desenvolvimento embrionário ou outros distúrbios estruturais e funcionais que reduzem a capacidade do cérebro.

Para a citada Associação, a família geralmente procura um diagnóstico ao identificar que a criança⁴ tem algumas características diferentes das outras, como a demora em firmar a cabeça, sentar, andar, falar; não compreender as ordens que

³ Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Paulo

⁴ Entende-se por criança, através da definição da “Convenção sobre os Direitos da Criança” (BRASIL, 1990), em seu primeiro artigo, “todo ser humano menor de 18 anos de idade, salvo se, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes”. Já para o Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, considera-se criança, “a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente, aquela entre doze e dezoito anos de idade”.

lhes são dadas; ou dificuldade para aprender alguma atividade, principalmente na escola.

A NECESSIDADE DE INCLUSÃO DO DEFICIENTE

A inclusão social é uma obrigação de todos, é a construção possível para um mundo mais justo. Porém, a inclusão do deficiente não se dá apenas na educação formal, ou seja, nas escolas, ao abrigá-lo dentro do sistema regular de ensino. A inclusão tem seu início já no ambiente familiar, quando os entes próximos devem se adaptar ao membro que apresenta necessidades especiais. A inclusão deverá continuar também no trabalho de onde o deficiente obterá recursos para a sua subsistência. Enfim, em todos os ambientes em que o deficiente circule e frequente deverão haver condições para que sejam exercidos os seus direitos e que lhes seja garantida a dignidade.

DEFINIÇÕES DE INCLUSÃO

O verbo incluir, no dicionário Aurélio, significa “abranger, compreender, conter, envolver, implicar, pôr ou estar dentro, inserir num ou fazer parte de um grupo”. Logo, poderemos concluir que incluir o deficiente significa inserir em um grupo as pessoas que possuem insuficiência de alguma função física ou mental.

Cury (2005) nos dá a seguinte definição:

A palavra inclusão (1999) vem do latim, do verbo *includere* e significa *colocar algo ou alguém dentro de outro espaço, entrar num lugar até então fechado*. É a junção do prefixo *in* (dentro) com o verbo *cludo* (*cludere*), que significa *encerrar, fechar, clausurar*. Assim, ao utilizarmos a palavra podemos nos referir tanto especificamente às pessoas com necessidades especiais quanto a atitudes de inclusão que se referem a outras situações observadas em nossa sociedade.

Conhecer e admitir que ocorre discriminação com relação aos deficientes constitui-se no primeiro passo para concretização de ações que possam solucioná-las. A ignorância que envolve todos os aspectos da deficiência, por outro lado, provoca o segregacionismo, que é o maior empecilho para que se possa obter a inclusão das pessoas portadoras de necessidades especiais.

O movimento mundial de inclusão social da pessoa com deficiência tem se mostrado bastante importante no sentido de assumir coletivamente o compromisso de respeito à diversidade. Em nosso país, no decorrer das últimas décadas, foram assinados tratados e convenções, criados compromissos através de leis e programas, com o intuito fornecer ferramentas para que seja possível incluir socialmente o deficiente, garantindo seus direitos e promovendo sua adaptação dentro do que se pretende atingir em uma sociedade justa e democrática. As normas podem transformar a coletividade à medida em que criam efeitos em sua aplicação e disciplinam certas condutas. Porém, para tanto, faz-se necessária uma estrutura material adequada e também que estejam de acordo com as necessidades sociais. Fornecer diretrizes para um comportamento inclusivo por parte da população e efetivá-los é dever do Estado e direito dos cidadãos.

A EDUCAÇÃO E A APRENDIZAGEM

Entende-se que a aprendizagem depende basicamente da capacidade de recordar e também de elaborar pensamentos, desenvolver raciocínio, estabelecer comparações, fazer análise daquilo que se vê ou ouve, buscando sempre autonomia e tendo consciência daquilo que se aprende. “A aprendizagem é um processo que acontece no Sistema Nervoso Central (SNC), no qual se produzem mudanças, permitindo uma melhor adaptação do indivíduo ao seu meio, como resposta a uma ação ambiental”. (MENDES, 2013).

Os Doutores em Psicologia e grandes estudiosos da educação especial, Dr. Samuel A. Kirk e James J. Gallagher (1987, p.4), definem: “a criança excepcional é aquela que se diferencia da criança normal, a ponto de requerer mudanças na prática escolar para desenvolver todo o seu potencial”.

Quando a criança apresenta dificuldades em alguma ou várias áreas, como dito anteriormente, serão realizados uma série de exames e provas, para que lhe seja atribuído um diagnóstico. Caso reste comprovada sua deficiência intelectual, será feita então a avaliação para a modalidade de atendimento mais adequada para seu caso, que deverá estar focada à necessidade individual de cada criança e suas particularidades.

Segundo Kirk e Gallegher (1987), considera-se desejável para um melhor desenvolvimento que a educação para a criança com deficiência intelectual tenha

início o mais brevemente possível, ou seja, assim que seja diagnosticado. A criança deficiente necessitará de estímulos extras para poder desenvolver algumas de suas habilidades, poder adquirir autonomia e preparo toda sua vida.

Por haver diferentes níveis de deficiência intelectual: leve, moderada e grave, a criança deverá ser encaminhada para o ambiente escolar que melhor se adapte às suas necessidades. Atualmente são encontradas as seguintes modalidades em educação especial no Brasil: escola regular, classe regular, escola especial, classe especial, ensino domiciliar, classe hospitalar, escola hospitalar, escola profissionalizante, empresa-escola. O deficiente deverá ser ingressado na modalidade mais adequada para sua formação.

A educação é um direito social, elencado no art. 6 constitucional⁵, sendo um dos fatores mais importantes direitos fundamentais. É a base de toda formação individual e social, o agente diferenciador de do desenvolvimento em todas as áreas das nossas vidas. Tendo em vista a sua imensurável importância, não se poderá ceifar este direito aos deficientes.

A integração e a educação das crianças deficientes é tema das diversas declarações, tratados e leis citadas ao longo deste trabalho. Os programas preveem que haja um planejamento na educação especial de acordo com a individualidade de cada criança. O que frequentemente se observa, porém, é que as avaliações psicopedagógicas realizadas nos indivíduos deficientes, para adequá-los ao modelo educacional que melhor poderá suprir as suas necessidades, são muitas vezes inadequadas e superficiais, principalmente devido à falta de recursos, e, com isso, prejudicam ainda mais a interação e socialização do indivíduo deficiente intelectual.

Para que ocorra a aprendizagem, deverão ser considerados os princípios da equidade, pertinência e excelência, conforme o que se expõe a seguir:

⁵ Art.6: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”

É através da aprendizagem que a pessoa constrói a autonomia intelectual e social. Segundo Delors (2001), para que a aprendizagem resulte em desenvolvimento precisa decorrer de um processo educativo fundado em três princípios: equidade – direito à igualdade de oportunidade considerando o atendimento às diferenças individuais e a igualdade de valor entre as pessoas; pertinência – consideração, pela política educacional, das questões culturais para que todos sejam respeitados e se percebam pertencentes ao grupo, apesar das diferenças; excelência – responsabilidade com a educação de qualidade para todos. (ABENHAIM, 2009)

Existem, porém, os casos de deficiência intelectual que não foram diagnosticados, principalmente pelas diferenças culturais, onde a avaliação de suas capacidades sequer foram aferidas. Pode ocorrer (muitas vezes ocorre) a evasão escolar por este motivo. As crianças, por não acompanharem as atividades escolares, o que popularmente são rotulados popularmente como “não dá para os estudos”, acabam por deixar os bancos escolares e, para o complemento do orçamento doméstico, acabam por se dedicar a trabalhos rurais, informais, mendicância, entre outros.

A evasão escolar é um problema muito sério e devemos considerar a falta de interesse do educando, muitas vezes relacionada à sua deficiência intelectual, principalmente por não haverem sido diagnosticados adequadamente. Essas crianças acabam por não se sentir capazes de acompanhar o conteúdo de aprendizagem formal, obtendo resultados acadêmicos inferiores, o que lhes desestimula à continuidade da formação escolar.

A educação não pode voltar-se apenas para atender o homem médio⁶. Sendo um direito de todos, e havendo um número tão alto de portadores de necessidades especiais, não se poderá excluir ou deixar de atender crianças que apresentem maiores dificuldades e demandem setores educacionais diferenciados para que sejam amplamente superadas, sanadas ou ao menos amenizadas as suas dificuldades. Conforme define a APAE-SP:

A inclusão social é um instrumento extremamente importante na determinação da qualidade de vida dessas pessoas, pois permite o acesso a todos os recursos da comunidade, que favorecerão o seu desenvolvimento global, reforçarão a sua autonomia e ajudarão a construir a sua cidadania.

⁶ Homem médio é uma abstração jurídica, que representa aquela pessoa mediana, nem tão inteligente, nem tão burra, mas que sempre está no meio dos dois opostos máximo e mínimo. É uma pessoa moderada em tudo, cujas características são todas razoáveis, medianas. É uma espécie de medida, de parâmetro direto e objetivo de conduta e de saber, que serve para comparar as condutas e características das pessoas, então poderíamos dizer que ele é a "unidade de medida do comportamento humano.

Importante ressaltar a importância das integridades básicas para o desenvolvimento pessoal, tal como encontramos na seguinte afirmação:

as crianças só aprendem normalmente quando estão presentes certas integridades básicas e quando são oferecidas oportunidades adequadas para a aprendizagem. Uma criança carente, uma criança à qual não tenham sido dadas oportunidades, terá deficiências em vários tipos de aprendizagem, mesmo se tiver potencialidades excelentes". (MENDES, 2013)

A Emenda Constitucional nº 65⁷, que alterou o art. 227, § 1º, II da CF, prevê a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos

A educação não será apenas dever do Estado, como previsto na Constituição Federal, ela também é dever da família e à sociedade cabe prover, incentivar e colaborar para a realização e garantia desse direito. Trata-se de um direito fundamental do ser humano, e como tal, abrange o cidadão de forma individual e coletiva, cabendo, desta forma, que o Estado seja o responsável pela criação de instrumentos para sua concretização.

O Brasil se propôs, através da lei 7.853, de 24 de outubro de 1989, a apoiar as pessoas portadoras de deficiência, em sua integração social, instituindo a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas.

Para a efetiva integração dos deficientes, é estabelecido pela citada norma:

⁷ EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 65, de 13 de julho de 2010, Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude.

Artigo 1º - Ficam estabelecidas normas gerais que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências, e sua efetiva integração social, nos termos desta Lei.

§ 1º - Na aplicação e interpretação desta Lei, serão considerados os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros, indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito.

§ 2º - As normas desta Lei visam garantir às pessoas portadoras de deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade.

Para Mattos (2002), “é notória a dissociação entre os discursos oficiais e as recomendações que favorecem o entendimento da eficiência e da prática pedagógica para que a integração se efetive”. A autora cita entre outras causas o número excessivo de alunos nas salas de aula, os procedimentos da avaliação e encaminhamento para as escolas e classes especiais, as salas de aula sem condições de trabalho, a desinformação, despreparo e a não-capacitação dos recursos humanos.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS DEFICIENTES INTELECTUAIS

Em uma perspectiva ao se trabalhar a questão do respeito, será muito mais simples conquista-lo caso o seu início ocorra desde a formação da criança. A semente para uma sociedade desprovida de preconceito pode iniciar em uma escola que desenvolve uma política inclusiva, com noções de igualdade, oportunidades adaptativas e respeito aos direitos humanos.

Ferreira (2006) aprofunda o entendimento sobre esta problemática, ao afirmar que,

Vítimas de discriminação ao longo da história da humanidade e de suas vidas, as pessoas com deficiência - diferentemente do que se acredita - possuem clara visão acerca da discriminação, preconceito e tratamento desigual que sofrem nas organizações escolares em qualquer nível e modalidade educacional. Evidentemente, as pessoas com deficiência e suas famílias se ressentem das experiências de discriminação e, sozinhos, buscam formas para a superação das barreiras que encontram no cotidiano, as quais são, em grande parte, geradas exatamente por aquele(a)s que deviam protegê-los: pais e mães, gestore(a)s, educadore(a)s, docentes, colegas e familiares de seus colegas. No atual momento histórico da educação brasileira, embora a legislação garanta os direitos das pessoas com deficiência à educação e

muito se debata sobre a inclusão educacional no Brasil, a maioria dos educadore(a)s ainda não possui clareza conceitual sobre o que inclusão quer dizer na esfera do cotidiano escolar e ainda não possui conhecimentos relevantes e consistentes acerca dos direitos humanos e dos direitos das pessoas com deficiência, que como vimos, hoje representa um amplo conjunto de dispositivos legais e diretrizes. Nesse contexto, a educação, a escola, os educadore(a)s, em parcerias efetiva com as famílias de estudantes com deficiência e com os próprios estudantes, passam a constituir elementos chave no combate a todas as formas de discriminação, à violência e à violação dos direitos desse grupo social no contexto educacional.

A prática de ações inclusivas para dirimir os comportamentos preconceituosos faz parte de uma das responsabilidades da escola. Em pesquisa realizada pela Fipe – Fundação Instituto de Pesquisas econômicas, houve a constatação que 96,5% dos entrevistados admitiram o preconceito contra pessoas com deficiência. O preconceito poderá gerar também comportamentos agressivos, o buylling, desferidos por alunos contra os colegas que são portadores de deficiência.

Sobre a importância do comprometimento da escola em todos os aspectos da formação das crianças, encontramos a seguinte jurisprudência que, nesse sentido, cumpre transcrever:

RIO DE JANEIRO, Tribunal de Justiça, Recurso Inominado: RI 02974763720098190001 RJ O dever de educação não apenas se prende a simples formação intelectual, mas a uma série de diversos outros fatores ligados à sociabilidade e sua inclusão, autoestima, fala, evolução motora e psicológica e formação dos valores primordiais do indivíduo. Assim, a esfera de um contrato de ensino tem alcance bem mais amplo do que simplesmente ensinar a "ler e escrever", aplicando-se aos mais fundamentais valores do indivíduo e sua evolução social e psicológica (devendo a interpretação contratual, antes de tudo, calçar-se em princípios constitucionais - em especial dignidade da pessoa humana). Logo, quando uma criança é entregue a uma instituição de ensino, seus educadores terão não apenas compromisso com ensinar o básico (ler e escrever), mas à sua evolução social e psicológica como fatores inerentes e inafastáveis do contrato de educação. Ora, se o progresso psicológico e social são implícitos ao contrato de educação, maior aplicação terá a própria segurança física e psicológica da criança. (...) O efeito educativo se inverte! A educação é a função mais importante da sociedade, É um dever do Estado e um direito da criança assegurado pela Constituição Federal, art. 208, inciso IV. O período de 0 a 6 anos é o mais importante na formação do indivíduo. É quando ele constrói os principais instrumentos interiores de que se servirá, primeiro de modo inconsciente e depois com progressiva consciência, para se relacionar com a chamada realidade exterior. O tempo todo a criança age descobrindo, inventando, resistindo, perguntando, retrucando, refazendo, socializando-se. Assim sendo, o educador precisa ter em mente os objetivos que pretende alcançar, a fim de avaliar as atividades que ele planeja e as suas próprias atitudes, observando se elas proporcionam às crianças meios de alcançar estes objetivos. Deve também, atuar de maneira extremamente próxima (afeto, proteção e segurança) às crianças, sendo um mediador para que elas alcancem os objetivos propostos. A criança deve se sentir segura e acolhida no ambiente escolar,

utilizando este novo espaço para ampliar suas relações sociais e afetivas, estabelecendo vínculos com as crianças e adultos ali presentes, a fim de construir uma imagem positiva sobre si mesma e sobre os outros, respeitando a diversidade e valorizando sua riqueza. Do contrário, quando revelado outro comportamento, o contrato é corrompido em sua essência - violada a formação, progressos físicos e psicológicos. As garantias constitucionais devem ser observadas quando do curso de qualquer relação social e contratual. Acima de qualquer contrato está a dignidade da pessoa humana, verdadeiro superprincípio constitucional. Logo, o contrato deve ser lido sob este enfoque. De igual forma, deve ser observada a boa-fé objetiva e subjetiva, lealdade contratual e eticidade. 0297476-37.2009.8.19.0001, da Primeira Turma Recursal, Recorrente DFV e Recorrido GTGCI Ltda., Relator: Antônio Aurélio Abi-Ramia Duarte. Rio de Janeiro - RJ, 29 de julho de 2011. Disponível em <http://tj-rj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/135235695/recurso-inominado-ri-2974763720098190001-rj-0297476-3720098190001>>. Acesso em: 15 mai. 2015.

A educação inclusiva é uma das bases formadoras essenciais para a sociedade inclusiva. Ela busca atender as necessidades educativas especiais de todos os alunos que a necessitam em salas regulares de ensino, no intuito de promover a aprendizagem e desenvolvimento pessoal de todos, respeitando a diversidade intrínseca ao ser humano.

Cabe ressaltar que a educação inclusiva trata de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que estas respondam à diversidade de alunos. “É uma abordagem humanística e democrática que percebe o sujeito e suas singularidades, tendo como objetivos o crescimento, a satisfação pessoal e a inserção social de todos” (ALMEIDA, 2011).

De acordo com o Seminário Internacional do Consórcio da Deficiência e do Desenvolvimento (International Disability and Development Consortium - IDDC) sobre a educação inclusiva, realizado em março de 1998 em Agra, na Índia, um sistema educacional só pode ser considerado inclusivo quando abrange a definição ampla deste conceito.

Segundo as “Recomendações para a Construção de Escolas Inclusivas do Ministério de Educação” é necessário o comprometimento de toda sociedade para o sucesso da educação. Nesse sentido, em suas recomendações, transcreve o art.56 da Declaração de Salamanca:

A realização do objetivo de uma educação bem-sucedida de crianças com necessidades educacionais especiais não constitui tarefa somente dos Ministérios de Educação e das escolas. Ela requer a cooperação das famílias e a mobilização das comunidades e de organizações voluntárias, assim como o apoio do público em geral. A experiência provida por países ou áreas que têm testemunhado progresso na equalização de

oportunidades educacionais para crianças portadoras de deficiência sugere uma série de lições úteis.

Após a criação das políticas públicas pró inclusão escolar, houve um grande acréscimo nos ingressos de estudantes com deficiência na rede regular de ensino, o que não era frequente. Esse incremento gera desafios para os integrantes da escola, como educadores, estudantes e família, assim como para os serviços de atenção primária de saúde, justificando que estes, “devido à sua proximidade do território são chamados a auxiliar a escola no cumprimento e construção cotidiana dessas políticas”. (SOUZA, 2011)

A Constituição Federal brasileira estabeleceu os princípios para a educação e determinou também os direitos e, para que isso ocorra de acordo como o que se deseja, foi elaborada a lei a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB* (Lei 9.394, de 1996), que detalha os direitos e organiza os aspectos gerais do ensino. Nesta lei estão dispostas as principais obrigações do Estado com relação à educação. Conforme o art.1º desta lei, a educação “abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Para a educação especial, que é reservada aos alunos com deficiência ou altas habilidades (superdotação), foi redigida na lei 12.796, de 2013, o seguinte artigo:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante garantia de:

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013).

Na mesma lei acima citada, o art. 5º garante o acesso à educação como direito público subjetivo a qualquer cidadão, possibilitando também ao Ministério Público acionar o poder público para que cumpra essa exigência. O inciso 4º deste artigo dispõe que, “comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade”.

A obrigatoriedade prevista na lei, tornando crime a sua descumpra tem dado ensejo a que ocorram uma série de situações delicadas, tanto para as escolas

públicas quanto às particulares. A escola pública muitas vezes não dispõe de recursos humanos e materiais nem ao mesmo para que os alunos que não necessitam atenções e currículos especiais.

Autenticando com esta postura, posiciona-se Artioli (2006):

Como se vê, a determinação das leis não tem uma correspondência na realidade de crianças e adolescentes com deficiência, quer no ensino especial, quer no ensino comum, existindo um descompasso entre as metas estabelecidas e as ações realmente concretizadas. De fato, podem existir leis determinando que os estabelecimentos de ensino aceitem matrículas de alunos com deficiência, mas não existe legislação que possa determinar que as pessoas devem aceitar e ter um contato mais próximo com eles.

Os professores, mal remunerados e pouco reconhecidos pelo governo, tal como insistentemente vemos notícias na mídia, não são adequadamente preparados para enfrentar as novas situações previstas em lei. Às classes superlotadas, somam-se crianças e adolescentes que requerem atenção individualizada, como os deficientes e esses, são introduzidos no ambiente que muitas vezes não é o adequado para sua necessidade. Corroborando com essa afirmação, afirma Mello (2003):

Os cursos de formação de professores adotam uma cultura pedagógica e didática baseada numa clientela escolar ideal e homogênea social e culturalmente. Mas a realidade na qual o professor vai trabalhar tem, cada vez mais, uma clientela heterogênea, diversificada social, cultural e economicamente.

Em uma mesma classe a professora terá que ministrar suas aulas para alunos com múltiplas deficiências, como motoras, intelectuais, físicas, auditivas e visuais, além dos alunos com capacidades normais de aprendizagem. Para um professor, trabalhar simultaneamente com essa série de demandas diferentes é uma tarefa árdua e de difícil organização e adaptação

Cumprir esclarecer que, por mais que seja um direito do cidadão deficiente sua integração ao ambiente escolar regular, as condições para que sejam satisfeitas as suas necessidades deixam de ocorrer por falta de estrutura em grande parte das escolas em nosso país.

A capacitação dos professores depende de uma política continuada e ativa, para que possa surtir os efeitos esperados dentro da rede regular de ensino, já que

a habilitação dos professores é mais facilmente encontrada em instituições específicas para educação especial, as habilitações dos professores.

O apoio técnico e financeiro a ser prestado pelo Estado, está previsto na lei nº 10.845, de 5 de Março de 2004, que institui o programa de complementação ao atendimento educacional especializado às pessoas portadoras de deficiência. O art.3º da referida lei descreve como as condutas a serem adotadas, facultativamente:

Art. 3o Para os fins do disposto no art. 1o desta Lei e no art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, é facultado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios prestar apoio técnico e financeiro às entidades privadas sem fins lucrativos que oferecem educação especial, na forma de: I - cessão de professores e profissionais especializados da rede pública de ensino, bem como de material didático e pedagógico apropriado; II - repasse de recursos para construções, reformas, ampliações e aquisição de equipamentos; III - oferta de transporte escolar aos educandos portadores de deficiência matriculados nessas entidades. Parágrafo único. Os profissionais do magistério cedidos nos termos do caput deste artigo, no desempenho de suas atividades, serão considerados como em efetivo exercício no ensino fundamental público, para os fins do disposto no art. 7o da Lei no 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento –FUNDEF⁸.

Com relação à obrigatoriedade de existência de profissional habilitado em escolas regulares para o atendimento de aluno com deficiência, sendo esta, responsabilidade do Estado, encontramos essa jurisprudência, nesse sentido, cumpre transcrever:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO DE MONITOR/PROFESSOR APOIADOR HABILITADO AO ACOMPANHAMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS. POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. PROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO. O Ministério Público indicou à sociedade os fundamentos jurídicos que embasam o direito pleiteado na presente ação, destacando-se, primordialmente, os de cunho constitucional, notadamente, os da vida, da saúde e da educação, garantidos de maneira especial às crianças e aos adolescentes no art. 227 da Carta Magna. As Leis nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e nº 7.853/89 (Lei de Apoio às Pessoas Portadoras de Deficiência) igualmente sustentam a pretensão deduzida, assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente que no art. 54, inciso III, de forma bastante específica, prescreve o dever do Estado de assegurar atendimento educacional especializado às crianças e aos adolescentes portadores de deficiência.

⁸ O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (**FUNDEF**) foi instituído pela Emenda Constitucional n.º 14, de setembro de 1996, e regulamentado pela Lei n.º 9.424, de 20 de dezembro do mesmo ano, e pelo Decreto nº 2.264, de junho de 1997. O FUNDEF foi implantado, nacionalmente, em 1º de janeiro de 1998, quando passou a organizar a nova sistemática de redistribuição dos recursos destinados ao Ensino Fundamental.

Sentença de procedência confirmada. APELO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70055725840, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sandra Brisolará Medeiros, Julgado em 17/10/2013).

Estudos realizados confirmam que há certo receio por parte dos professores ao receber em sua turma alunos com necessidades especiais. Isto se deve, principalmente, pela falta de preparo e orientações recebidas, apesar de acreditarem nos méritos da inclusão, tal como encontrado no artigo de Pletsch (2009, online):

No Brasil, a formação de professores e demais agentes educacionais ligados à educação segue ainda um modelo tradicional, inadequado para suprir as reivindicações em favor da educação inclusiva. Vale destacar que, dentre os cursos de Pedagogia e de Pedagogia com habilitação em Educação Especial, poucos são aqueles que oferecem disciplinas ou conteúdos voltados para a educação de pessoas com necessidades especiais.

Segundo Campbell (2009, p. 135), milhares de crianças ainda vivem escondidas em casa ou isoladas em instituições especializadas, o que as priva de viver com a adversidade. Alguns pais optam por não colocar seus filhos em escolas regulares com o temor de que sejam discriminados e estigmatizados.

De acordo com Tessaro, (2007) as pesquisas têm confirmado que a inclusão escolar vem se efetivando de forma inadequada, longe do ideal, revelando pouco interesse e investimento neste processo. Não se deve simplificar o complexo, acreditando que incluir signifique apenas “mudar o aluno de endereço, ou seja, sair da escola especial ou classe especial e ir para a classe comum do ensino regular”. Para a autora, são “muitos os fatores envolvidos, os quais sem dúvida estão sendo desconsiderados ao se efetivar a inclusão escolar”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste artigo, pode-se perceber que a questão da inclusão do deficiente em todas as esferas da sociedade, inclusive a educacional, é um problema antigo no Brasil, cuja solução completa ainda não foi encontrada.

Embora a legislação preveja a inclusão escolar das crianças deficientes, na prática isto não está acontecendo, principalmente pela falta de recursos, tanto humanos quanto financeiros advindos do poder público. E enquanto as soluções não vêm, os professores vão tentando fazer o melhor que podem para que seus alunos

com deficiências sejam inseridos na rede escolar. O problema é que este melhor nem sempre consegue atender as necessidades apresentadas.

É preciso que haja uma discussão mais aprofundada sobre o problema com todos os envolvidos: pais, governantes, educadores e todos os que se interessarem pelo assunto.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marina da Silveira Rodrigues, **Dia nacional de luta pela educação inclusiva - 14 de abril**, postado em 07/04/2011, Instituto Inclusão Brasil. Disponível em: <http://www.institutoinclusaobrasil.com.br/informacoes_artigos_integra.asp?artigo=119>

ARTIOLI, Ana Lucia. **A educação do aluno com deficiência na classe comum: a visão do professor**. Psicol. educ., São Paulo, n. 23, dez. 2006 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752006000200006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 maio 2015.

CAMPBELL, Selma Inês. **Múltiplas Faces da Inclusão**, 1ª ed. – Rio de Janeiro: Wak Editora, 2009.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Políticas inclusivas e compensatórias na educação básica. **Cad. Pesqui.**, São Paulo , v. 35, n. 124, p. 11-32, Apr. 2005 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742005000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20 Maio 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742005000100002>.

FERREIRA, Windyz B. **Direitos Da Pessoa Com Deficiência E Inclusão Nas Escolas**, disponível em http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/03/03_ferreira_direitos_deficiencia.pdf. Acesso em abril de 2015.

KIRK, Samuel Alexander; GALLAGHER, James J. **A Educação da Criança Excepcional**, 1ª Ed., Livraria Martins Fontes Editora Ltda., São Paulo, SP, 1987.

MATTOS, Edna Antonia. **Deficiente Mental: Integração/Inclusão/Exclusão** - 2002. Disponível em: < <http://www.hottopos.com/videtur13/edna.htm>> Acesso em outubro de 2014.

MELLO, Guiomar Namó de. **Os 10 Maiores Problemas da Educação Básica no Brasil (e suas possíveis soluções)** Edição Fatima Ali - agosto de 2003. Disponível em: < http://revistaescola.abril.com.br/img/politicas-publicas/fala_exclusivo.pdf>. Acesso em abril de 2014.

MENDES, Luciana Vanessa. **As consequências da desnutrição no desenvolvimento físico e mental infantil** - 2013, disponível em

<<http://www.promenino.org.br/servicos/biblioteca/as-consequencias-da-desnutricao-no-desenvolvimento-fisico-e-mental-infantil>>

PLETSCH, Márcia Denise. **A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas.** *Educ. rev.*, Curitiba, n. 33, p. 143-156, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602009000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: maio 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602009000100010>.

TESSARO, Nilza, **Inclusão Escolar: Concepções de Professores e Alunos da Educação Regular e Especial**, 2007 <disponível em: <http://www.abrapee.psc.br/artigo20.htm>> Acesso em: maio de 2015